

A PERCEPÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA DIANTE DE SUA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES.

Jessica Mendes – UnP – jessicris@unp.br;
Yeda Mello – UnP – yedamello@unp.br;
Edilaine Lins Gouveia – UnP – edilainegouveia@unp.br;
Fernando Soares Júnior – UnP – juniior@unp.br;
Mohaby Silvestre – UnP – mohaby@unp.br;
Ubiracy Acyoli – UnP – bira_psicologia@unp.br

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um tema que precisa ser mais investigado em nosso país. A escassez do material bibliográfico revela a precariedade de ações políticas e psicopedagógicas.

Diante disso, essa pesquisa tem o objetivo de investigar a percepção de alunos com deficiência auditiva que estão efetivamente envolvidos no processo de inclusão no ensino superior. Busca-se, portanto, a partir de um estudo de caso, identificar e apresentar as facilidades e dificuldades percebidas pelos próprios alunos diante da proposta de inclusão, a partir dos eixos: vestibular, relação professor-aluno e relação aluno-aluno. Propõe-se uma discussão a partir da idéia de educação como meio de garantir a equidade social, propiciar condições favoráveis à construção de conhecimento e à formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de atuar sobre o seu meio social e transformá-lo, possibilitando a construção de uma real democracia.

O QUE VEM A SER INCLUSÃO?

Para alcançar a Inclusão percorremos um longo caminho. Martins (2007) nos ajuda a reconstruir o percurso histórico da educação inclusiva no Brasil de maneira sintetizada. Aponta inicialmente que na década de 60 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) recomendou a matrícula de pessoas com necessidades especiais no intuito de integrá-las a sociedade. Na década de 70 as escolas regulares passam a receber as pessoas com deficiência desde que não causasse grandes transtornos à rotina preestabelecida. Ou seja, se manteve a estrutura padrão de ensino, sem apoio as diferenças desse novo aluno e responsabilizando-o por sua dificuldade.

No final da década de 80 com a nova Constituição Brasileira e a Declaração de Salamanca nos anos 90, a escola inclusiva passa a ser entendida como a perspectiva que compreende a diversidade humana e oferece a todos qualidade na educação básica e superior. Agora, compreende-se que os estabelecimentos educacionais precisam se modificar para receber e educar todas as pessoas.

Mrech (1999) vem definir como o paradigma da Educação Inclusiva, a criação de ambientes em que as pessoas com deficiência desenvolvam ao máximo suas potencialidades, junto aos colegas ditos normais. Sendo esse o contrário do paradigma de Integração, em que prevê a inserção seletiva dos alunos deficientes no ensino regular, a partir da adaptação. A integração depende da adaptação da deficiência à normalidade, ou seja, os alunos com deficiência devem seguir os mesmos parâmetros vivenciados pelos alunos normais, não havendo adaptação, eles retornam às classes especiais.

Para que se possa ultrapassar a visão restrita de Inclusão, como inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, os profissionais envolvidos no processo de educação devem assumir o compromisso social e adotar estratégias que viabilizem uma educação igualitária, entendendo assim por Inclusão Educacional, a democratização do acesso à educação de qualidade.

Silva e Martins (2007) apresentam inclusão como um processo da sociedade para fazer com que todos participem do meio social, educacional e profissional independente de cor, sexo, religião, condição física, mental, social ou cultural. E por que incluir? Porque todos têm direito a participar plenamente dos diversos sistemas sociais, devendo as diferenças ser respeitadas.

Precisamos superar, dentro e fora da educação, concepções preconceituosas e deterministas que levam em conta apenas o indivíduo e “apagam” as influências do social e das oportunidades oferecidas ou negadas às pessoas com deficiência. Salienta-se, assim, a necessidade da reflexão quanto à mudança no papel dos estabelecimentos educacionais e do psicólogo inserido nesse contexto, conscientizando-se como um contexto social responsável pela orientação de a qual interesse se deve seguir, o capital ou a cidadania?

VOLTANDO O OLHAR PARA DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Mas, o que vem a ser a deficiência auditiva? Ela pode ser definida como “a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Manifesta-se como surdez leve/moderada, surdez severa/profunda.” (BRASIL, 1997, p. 12)

Especificamente com relação à deficiência auditiva, já se acreditava, no século XVI, na capacidade cognitiva das pessoas com este tipo de deficiência. Deste modo, ainda que de forma precária, eram desenvolvidas alternativas para que fossem ensinadas as instruções básicas e a fala a essas crianças.

Atualmente a educação bilíngue considera o canal visogestual de importância fundamental para a aquisição da linguagem da pessoa surda, defendendo um espaço específico ao ensino desta no meio educacional. Nesta perspectiva a linguagem oral e a língua dos sinais deveriam ser ensinadas separadamente. A pessoa surda encontrará na linguagem de sinais os elementos necessários ao desenvolvimento de suas aptidões, já que na exposição a interações e tendo o canal visogestual como modo de expressar-se, desenvolverá a linguagem compatível as suas capacidades biológicas, que irá posteriormente auxiliar no aprendizado da linguagem ouvinte de seu meio. (LACERDA, 1998)

Fazendo uso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/96) encontra-se como finalidade da Educação Superior à formação em diferentes áreas do conhecimento, estímulo ao pensamento crítico, incentivo a investigação científica, além da formação continuada buscando propiciar contribuições à sociedade.

No referente a legislação, o Brasil é dotado de vasta regulamentação no que concerne a Inclusão, inclusive educacional, porém, o histórico de exclusão no ensino superior, marcado pela privatização, associado as baixas condições sócio-econômicas caracterizou as restrições as universidades.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE) a população brasileira está composta por aproximadamente 169 milhões de habitantes, dentre os quais 24,5 milhões (14,5%) declararam ter algum tipo de deficiência. Ficando o Rio Grande do Norte com a

segunda maior taxa de pessoas com deficiência, cerca de 18% da população. (apud VALDÉS et al, 2006)

Referenciando o site do Ministério da Educação, embasado no Censo 2000, Manente;Rodrigues;Palamin (2007) informam que no país há 5,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, o equivalente a 2% da população brasileira. “Dessas, mais de 406 mil em idade escolar, no entanto, somente 56 mil (13%) cursavam a educação básica no ano de 2003. No ensino médio este número caiu para 2 mil e, nas universidades, para 500”. (MEC, 2005 apud MANENTE;RODRIGUES;PALAMIN, 2007, p. 28).

Em se tratando das pessoas com deficiência nas universidades, Moreira (2005) reafirma, que no Brasil, quase não há pesquisas que explicitem a situação inclusiva desses. Pacheco e Costa (2006) afirmam ainda que os estudos realizados sobre o acesso e permanência dos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) demonstram que as iniciativas políticas e de apoio psicopedagógico são insuficientes. (apud FERREIRA, 2007)

Em se tratando das legislações, a lei n° 9394/96 traz a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, especificando no Art. 208 que as crianças e jovens com deficiência deverão cursar, preferencialmente, o ensino regular. A lei n° 10.098/2000 estabelece a promoção da acessibilidade. O decreto n° 3.956/2001 disserta quanto a eliminação da discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. A lei ° 10.436/2002 dispõe sobre a LIBRAS como meio de comunicação de pessoas mudas e/ou surdas. A portaria do MEC n° 1.679/99 e 3284/03 instrui as IES quanto os requisitos da acessibilidade. (MANENTE, RODRIGUES e PALAMIN, 2007; FERREIRA, 2007)

Ferreira (2007) cita que em 2004 o Brasil foi apontado pela ONU como o país com a legislação mais avançada das Américas, para pessoas com deficiência. Ou seja, as normas norteadoras à eliminação de obstáculos físicos e atitudinais foram regimentadas, mas não implementadas. Em outras palavras, existe uma grande distância entre as leis em vigor e a realidade social.

Quando se discute a inclusão na universidade há dois aspectos fundamentais: o acesso e a permanência. O acesso se referindo a trajetória acadêmica que antecede o terceiro grau somado ao vestibular. E a permanência a continuidade dos estudos em vista à profissionalização.

O acesso ao vestibular é o primeiro passo para que jovens e adultos dêem continuidade às suas trajetórias educacionais, não somente ampliando seus conhecimentos, construindo seus saberes, mas arquitetem seus horizontes profissionais. Sem dúvida, a consolidação de uma sociedade democrática passa pelo direito de opção, de escolha profissional, sem qualquer barreira econômica, social, política ou de impedimentos ou limitações pessoais. (FERREIRA, 2007, p.19)

Atualmente no vestibular já existem algumas medidas que garantem os direitos dos deficientes, como: na ficha de inscrição um campo para especificação da deficiência, alocar os candidatos em uma sala acessível e disponibilizar um intérprete de LIBRAS.

Em se vencendo fase do acesso a universidade, cabe a IES oferecer uma estrutura física e acadêmica buscando que o sujeito seja atendido nas suas necessidades e sinta-se participante do processo educacional. Isso acontecerá a partir da adaptação do currículo (objetivos, metodologias, recursos, avaliações) e a preparação dos professores e funcionários quanto o atendimento em sala de aula e outros serviços institucionais.

Assim as diversidades só poderão ser minimizadas, respeitadas e superadas quando os gestores e comunidade acadêmica da instituição de ensino superior criarem todas as condições que permitam aos diferentes o acesso aos conhecimentos histórico-socialmente construídos, para que verdadeiramente possam estar cumprindo com uma das finalidades do ensino superior que é produzir, sistematizar, refletir, construir e socializar o saber científico, tecnológico cultural e artístico, ampliando e aprofundando a formação de todo o seu alunado para o exercício competente da profissão e a construção moral e intelectual do indivíduo. (GOFFREDO, 2004, p.20)

METODOLOGIA

Essa pesquisa qualitativa trata de um estudo de caso com a participação de dois alunos da Universidade Potiguar. A.P tem 23 anos, é aluno do último semestre do curso de Educação Física, mora com os pais e dois irmãos. Conta que a Deficiência Auditiva é presente desde o nascimento, e foi identificada pelo pai ainda na infância, quando o chamava e não respondia e assistia televisão no volume máximo, muito próximo da TV e mesmo assim não ouvia. Recorrendo assim ao tratamento fonoaudiológico, necessitando de aparelhos auditivos amplificação sonora individual (AASI). Tem domínio da LIBRAS e é oralizado. Atualmente faz parte da Associação de Surdos do Rio Grande do Norte, participando de palestras e ciclos de debates de temas que perpassem o seu contexto.

E R.F tem 19 anos, é aluno do segundo semestre do curso de Gastronomia. Também é natisurdo. Não faz uso do AASI, e constante tratamento com fonoaudióloga, pois quanto a comunicação tem domínio da LIBRAS e busca a oralização. Atualmente trabalha como bolsista na biblioteca da própria UnP, fazendo parte das cotas à empregabilidade de pessoas com deficiência.

Foram realizadas entrevistas vídeo-gravadas em sala isolada com cada participante, sendo necessária a presença do intérprete como auxiliar, e observações em sala de aula no cotidiano das disciplinas.

Para análise de dados optamos pela Análise de Conteúdo que a interpretação dos dados, a relação dos dados obtidos com a fundamentação teórica são apresentadas em categorias.

ANÁLISE DE DADOS

Com relação ao conceito de inclusão educacional, os alunos trouxeram dois eixos importantes: a adaptação à estrutura física, ou seja, a possibilidade de acessibilidade e a qualificação pedagógica, enfatizando o apoio no que diz respeito ao ensino-aprendizagem diante as suas singularidades. Nas suas palavras “inclusão é ter uma adaptação física, ter uma boa estrutura, sem apoio ao aluno, não é inclusão”.

Suas idéias vão ao encontro do que propõem pensadores como Martinez (2005), que afirma que cabe ao sistema educacional a construção de estratégias para a participação e atendimento às necessidades dos mais diversos grupos sociais; e Mrech (1999) que entende por Inclusão Educacional, a democratização do acesso à educação de qualidade, garantindo eficiência estrutural e metodológica.

No que se refere à escolha da instituição de ensino, os alunos relataram que a disponibilização do intérprete foi o aspecto determinante na escolha realizada por eles.

Quando questionado o porquê escolheu estudar na UnP, R.F responde: “pelo simples fato que as outras faculdades não ofereciam intérprete em LIBRAS e a UnP oferecia.” Destacaram ainda que o apoio e o incentivo da família, explicando a necessidade da profissionalização, foram fundamentais para que tomassem a decisão de cursar o ensino superior. Já a escolha do curso se baseou nas preferências pessoais dentre os cursos oferecidos pela IES escolhida por eles.

As entrevistas revelam que as instituições de ensino superior não estão seguindo a orientação do MEC com a portaria 3284/03 que determina a disponibilização do intérprete por parte das demais faculdades nessa capital.

Iniciando a vida acadêmica no ensino superior a primeira reação é a desconfiança por parte de todos os atores envolvidos. Nas palavras de A.P. “no primeiro dia de aula fiquei calado para observar o comportamento dos alunos e saber a diferença dos outros alunos. Então primeiro desconfiança, mas depois de um tempo vai confiar” para R.F “são mundos e pensamentos diferentes”. Evidenciando que em meio às salas de aula as diferenças não se encontram apenas no aluno com deficiência, e sim nas particularidades de cada um.

Paulatinamente torna-se perceptível e é explicado a perda auditiva, bem como as dificuldades de comunicação. Tanto na recepção quanto na emissão existe outro ritmo, sendo necessária para a compreensão a atenção da escuta a uma fala mais lenta, bem como a resposta, em busca uma interação clara, afirmando que o fator convivência, passa a construir uma melhor interação e comunicação. R.F nos diz que em meio o cotidiano “vai se habituando, vai interagindo e com o tempo vai se conseguindo ter a comunicação.” Os colegas de sala se dispõem a colaborar tanto na comunicação, como no contexto educacional, na compreensão dos textos e aulas.

Quanto à relação estabelecida com os professores, cada aluno utilizou uma estratégia diferentes: A.P, que é oralizado, no primeiro encontro ele se apresenta enquanto aluno com deficiência auditiva, como a solicitação “sou deficiente auditivo, se você pudesse falar de frente?!”, ou seja, uma identidade estabelecida. Afirma que é no dia-dia onde a equipe pedagógica aprende a oferecer o apoio necessário. Em diante, o professor busca falar pausadamente, se posicionar de frente para o aluno, esclarece as dúvidas. Há uma tentativa por parte do professor de levar em consideração a necessidade diferenciada do aluno, mas, de acordo com os relatos dos próprios profissionais, não dá para fazer isso o tempo todo. Eles acabam se virando de costas e continuam falando. Evidencia-se, assim, que a responsabilização da aprendizagem ainda recai sobre o próprio aluno com deficiência, cabendo a ele se adequar à realidade da aula.

R.F assiste aulas com o intérprete. Tanto os professores, como o próprio aluno limitam a avaliação da metodologia de aula à competência do intérprete que “vai interpretando e explicando e passando o contexto de tudo que está sendo falado na aula”. Este desempenha papel central no processo. Parece que o professor se desobriga de ensinar ao aluno com deficiência auditiva, acreditando que o intérprete dará conta dessa tarefa. A este respeito, Rosa (2006) alerta que ensinar não é um simples processo de transferência de conhecimento, o intérprete tem a função de confluir os diversos contextos lingüísticos facilitando a inclusão do aluno com deficiência auditiva. A sua atuação deve ser a de mediador na comunicação, mediador no processo de ensino-aprendizagem, não devendo substituir a centralidade do papel do professor.

Em ambos os casos, parece que aprender depende do esforço do próprio aluno (diretamente ou através do intérprete). Para Mrech (1999) definir o alcance de padrões

definidos socialmente como normais e culpabilizar o sujeito pelo fracasso (ou não) é direcionar esses sujeitos a vida excludente.

Quanto a avaliação, ambos colocam as dificuldades com a linguagem empregada, A.P relata que “às vezes, o professor passa uma prova com palavra muito difícil, eu penso qual é o significado?” Em suas primeiras provas, não lhe foi permitido tirar dúvida, nos diz que “os professores não foram preparados para isso, fazer uma prova para pessoa surda, foram preparados para tudo igual.” Ele oferece a sugestão que as provas sejam iguais, exprime sua dificuldade para compreensão, até que lhe foi permitido a possibilidade de tirar suas dúvidas quanto à escrita das provas. Já com R.F, o intérprete sempre solicita aos professores que redijam provas com um português mais objetivo, no intuito de garantir que o aluno seja avaliado de acordo com suas capacidades e aprendizagem. A portaria do MEC 3284/03 ainda disserta aos professores para adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico. Ou seja, diante a diversidade lingüística fica necessário a atenção tanto para elaboração quanto na correção que propicie captação do conteúdo apreendido, respeitando as potencialidades e limitações desses sujeitos.

Foi pedido para que expusessem como se percebem atualmente enquanto universitários e qual a importância da universidade para eles. R.F nos diz da importância da universidade como “uma possibilidade do surdo está aprendendo e estar se profissionalizando.” A.P relata “passei por tanta dificuldade de prova, alunos, professores, começaram a entender minhas dificuldades, aí começou a melhorar. (...) Passei a fazer novas amizades. (...) A universidade pra mim é um local para o futuro.”

Eles colocam que são grandes as dificuldades, enfrentar estigmas, está pedindo ao professor que fale de frente ou devagar para garantir a leitura labial, os textos disponibilizados que precisam ser estudados em grupo para garantir compreensão, porém a universidade vem acompanhando e trabalhando para propiciar o crescimento acadêmico desses, tanto na estrutura universitária que busca acolher as diferenças, quanto no interesse dos professores batalhando para superar os obstáculos.

A universidade é vista como um campo que além de permitir a profissionalização, também possibilitou a construção de laços afetivos-sociais, onde circula conhecimento, amizades e relações sociais.

É válido pensar nessa inclusão como a superação dos obstáculos e o reconhecimento de que toda pessoa é única e diferente, com suas competências aptidões e inaptidões, erros e acertos. Sendo importante respeitar as singularidades de cada sujeito, socializar direitos possibilitando acesso à escola, ao trabalho, enfim, à convivência em comunidade, garantindo e respeitando a expressão das singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando as palavras de Martinez (2005), cabe a esse sistema educacional a construção de estratégias para a participação e atendimento as necessidades dos mais diversos grupos sociais.

Entendendo o ensino superior como mais um espaço social que deve, além de acolher as diferenças, possibilitar a potencialidade de cada sujeito em meio suas singularidades contextualizadas, percebemos de modo geral o acolhimento por parte de tal universidade é realizado. Sendo esse o primeiro passo em busca da Inclusão. Porém, muito da responsabilização da aprendizagem ainda recai sob o aluno.

Necessitando ainda, por parte dos professores, o reconhecimento da relevância de estratégias metodológicas diferenciadas que atendam a complexidade e variedade de experiências e aprendizagem do alunado.

Diante a escassez de material bibliográfico, se faz necessário novas pesquisas, que acompanhem a continuidade o percurso acadêmico também no ensino superior. Aprofundando a identificação da percepção dos alunos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **A integração do aluno com deficiência na rede de ensino**: iniciando a conversa. (Coleção Turma do Bairro na classe), Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/textos/educa/educacao.htm>> Acesso em: 23 de maio de 2009

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr Sênêchal de. **A Inclusão da Pessoa Surda no Ensino Superior**. Fórum – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Vol.10, (jul/dez) RJ: INES, 2004. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/paginas/publicacoes/FORUM/FORUM%2010.pdf#page=17>> Acesso em: 12 de julho de 2009.

FERREIRA, Solange Leme. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2007, vol.13, n.1, pp. 43-60. ISSN 1413-6538. Disponível em Acesso em: 12 de julho de 2009.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. Falando de inclusão, para início de conversa. IN: **Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais: Desafios e Perspectivas**. JP: Editora Universitária, pp.15-21, 2007.

MARTINEZ, Albertino Mitjás (org). **Inclusão Escolar: desafios para o psicólogo**. IN: **Psicologia escolar e compromisso social**. SP. Ed. Alínea, 2005.

MRECH, Leny Magalhães. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/art_ei_realidade_ou_utopia.asp?f_id_artigo=61> Acesso em 06 de outubro de 2007. Trabalho apresentado no evento do LIDE, Seminário EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REALIDADE OU UTOPIA?, no dia 05 de Maio de 1999, no auditório da Faculdade de Educação da USP.

MANENTE, Milena Valelongo.; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. **Deficientes auditivos e escolaridade**: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.27-42. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n1/a03v13n1.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2009

ROSA, Andréia da Silva. Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. Ponto de Vista, Florianópolis, n.

8, p. 75-95, 2006. Disponível em:
<http://www.apilms.org/menu/downloads/Ponto_Vista8.pdf> Acesso em: 12 de julho de 2009

SILVA, Katiene Symone de B. Pessoa. MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Classes regulares? Ambientes de enriquecimento humano frente a diversidade. IN: **Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais: Desafios e Perspectivas**. JP: Editora Universitária, pp.73-78, 2007.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. *Cad. CEDES* [online]. 1998, vol.19, n.46, pp. 68-80. ISSN 0101-3262. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007> Acesso em 12 de julho de 2009

VALDÉS, Maria Teresa Moreno. **A Integração das Pessoas com Deficiência na Educação Superior no Brasil**. Mestrado profissionalizante em Integración de Personas Con Discapacidad. Universidad de Salamanca, USAL, Espanha, 2006
Disponível em:
<http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO12676/integracion_educacion_superior_brasil.pdf>
Acesso em: 12 de julho de 2009